

Se juro vai mais baixo ou não, depende da situação fiscal, diz Gustavo Franco

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O ex-presidente do Banco Central e estrategista-chefe da gestora Rio Bravo Investimentos, Gustavo Franco, disse nesta quinta-feira, 7, que a manutenção da taxa básica de juros (Selic, reduzida ontem para 7,0% ao ano) no menor nível da história dependerá da situação fiscal. Franco lembrou que a recuperação da economia e a agenda de reformas tende a ter algum avanço após as eleições de 2018 corroboram a percepção de que o fiscal melhorará. “Se o juro vai mais abaixo de 7,0% ou não, depende da situação fiscal”, disse Franco, após o “II Fórum: a mudança do papel do Estado: estratégias para o crescimento”, promovido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), em parceria com a Universidade Columbia. Franco lembrou que, apesar da baixa, o juro real brasileiro “ainda é talvez o maior do mundo”, com inflação a 3,0% e juros a 7,0%. Segundo Franco, o cenário atual de juros baixos favorece é o momento interessante para acabar com a seletividade do crédito. O ex-presidente do BC citou a substituição da TJLP pela TLP como juros do crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e defendeu que a TR, usada para corrigir ativos de investimento, como a poupança, seja mudada. ‘Nova matriz econômica’ Para Gustavo Franco, a “nova matriz econômica”, como ficou conhecida a estratégia de política econômica dos governos da ex-presidente Dilma Rousseff, encontrou instituições monetárias fortemente colocadas para resistir, diferentemente do que aconteceu no lado fiscal. Os seguidos déficits primários nas contas públicas resultaram em endividamento explosivo e recessão, consequências não tão graves quanto a hiperinflação, ocorrida em outras crises. “O colapso do resultado primário a partir de 2011, 2012, foi uma lástima. Uma tolice autoinfligida que não teve nada de accidental”, afirmou Franco, em palestra durante “II Fórum: a mudança do papel do Estado: estratégias para o crescimento”. Já o sistema de metas de inflação resistiu mais fortemente, segundo Franco. O economista chamou atenção para o fato de que “o sistema de metas de inflação e o próprio Copom têm uma base legal muito frágil”. O sistema de metas, por exemplo, é estabelecido por um decreto presidencial. A ex-presidente Dilma poderia, portanto, revogá-lo, mas não o fez. “Daí a força de uma ideia estabelecida. Ela se torna um costume, mais forte que lei”, afirmou Franco. O ex-presidente do BC destacou que o arcabouço legal do Copom é “mais frágil ainda”. Segundo Franco, uma das medidas do Plano Real, em 1994, foi reduzir o escopo do Conselho Monetário Nacional (CMN), tirando a política monetária de sua esfera e passando para o BC. O Copom foi criado por decisão do próprio BC. “O Copom existe por uma decisão da diretoria, sua força normativa é uma circular. A ex-presidente Dilma Rousseff poderia ter mudado sua composição e ter incluído representantes dos sindicatos ou da Fiesp”, disse Franco.